

A atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE RS) nas pautas de tratamento penal e segurança pública¹

Vitória Alves COSTA²

Dra. Cleusa Maria Andrade SCROFERNEKER³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

O presente trabalho se insere nas reflexões que envolvem assessoria de comunicação e o sistema penitenciário gaúcho. Nossos objetivos consistem em discutir sobre as atribuições e especificidade de uma assessoria de comunicação, destacar as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários — SUSEPE/RS e evidenciar a atuação dessa assessoria nas pautas de tratamento penal e segurança pública. Para atender aos objetivos, adotamos como procedimentos metodológicos as técnicas bibliográfica e documental (GIL, 2018) e (MINAYO, 2002), para contextualizar o tema e embasar o nosso estudo, bem como entrevistas em profundidade (DUARTE, 2008). A partir das entrevistas, foi possível identificar a relevância da assessoria de comunicação, principalmente nas organizações públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Assessoria de comunicação; Comunicação pública; Sistema penitenciário; SUSEPE.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema em estudo foi definido a partir da nossa percepção e entendimento do valor do profissional de comunicação no serviço público, principalmente no sistema prisional, a partir da realização do estágio em Relações Públicas na Assessoria de Comunicação da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPPS)⁴ em 2021, na qual a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) é vinculada. Outro fator relevante para a escolha do tema foi

¹ Trabalho apresentado no II03 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharela em Relações Públicas pela Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, na PUCRS e mestranda do Curso de Comunicação Social da PUCRS, e-mail: vitoria.costa00@edu.pucrs.br.

³ Orientadora do trabalho. Professora Titular da Escola de Comunicação, Artes e Design (FAMECOS) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGCOM/PUCRS. Bolsista PQ/CNPq 2. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Avançados em Comunicação Organizacional-GEACOR/CNPq. Bolsista PQ/CNPq 2. E-mail: cscrofer@gmail.com/scrofer@pucrs.br.

⁴ A secretaria passou por mudanças e a partir da Lei Nº 15.934, de 1º de janeiro de 2023, passou a se chamar Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul. A SUSEPE continua vinculada à essa secretaria.

constatar que no Brasil, há poucos estudos que contemplem a comunicação e o sistema prisional, evidenciando uma abordagem original. O sistema prisional é cercado de preconceito, e geralmente, não é bem-visto pela sociedade. Esse preconceito é recorrente, na maioria das vezes, pela ausência de informações adequadas, o que torna o nosso estudo sobre a assessoria da comunicação da SUSEPE relevante, no sentido de destacar a sua atuação, em como desenvolve a sua comunicação, para que a sociedade tenha um olhar diferente sobre o sistema. Conforme comenta André (2020, p. 11),

Enfrentamos uma situação paradoxal, na qual a sociedade indigna-se com os poderes públicos frente à ineficácia em prestar segurança à população e, por outro lado, os apenados não dispõem de condições mínimas de sobrevivência em penitenciárias sem estrutura física e humana para o encarceramento.

Para além da afirmação de André (2020), há o agravante da fragilidade de políticas públicas por parte do Estado, para auxiliar no combate ao preconceito da sociedade com as pessoas privadas de liberdade (PPL), exigindo maior visibilidade das diversas atividades que essas pessoas realizam nas unidades prisionais do Rio Grande do Sul. Acreditamos que entender a atuação da assessoria de comunicação, em um contexto como o do sistema prisional e principalmente, da SUSEPE, no Rio Grande do Sul, contribuirá sobremaneira para a área de Relações Públicas, mas também para uma perspectiva de um olhar integrado, contemplando o Jornalismo e a Publicidade e Propaganda e até mesmo o Direito.

A SUSEPE/RS é o órgão responsável pela administração das penas e do monitoramento do sistema prisional gaúcho, tendo como objetivo a reeducação e a reinserção da PPL na sociedade. Para isso, a Instituição conta com o departamento de tratamento penal que coordena e cria as políticas públicas como, cuidado à saúde física e mental, educação, entre outras. Mas também há um departamento que cuida da segurança e execução penal, o qual comanda as operações, escoltas e o funcionamento das unidades prisionais (SUSEPE, 2022). Além desses departamentos que se envolvem diretamente com as pessoas privadas de liberdade (PPL), e com as casas prisionais, há também aqueles que atendem a parte interna da instituição, tais como o departamento administrativo e de planejamento, assim como a assessoria de comunicação.

Este artigo resulta do trabalho de conclusão do curso de Relações Públicas, desenvolvido no segundo semestre de 2022, e tem como objetivos: discutir sobre as

atribuições e especificidade de uma assessoria de comunicação; destacar as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários — SUSEPE; e, evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários — SUSEPE nas pautas de tratamento penal e segurança pública.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Consideramos oportuno resgatar alguns conceitos de assessoria de comunicação e assessoria de imprensa, destacando as suas semelhanças e diferenças. Por tratar-se de uma Instituição Pública, trazemos para a discussão, alguns conceitos sobre comunicação pública e suas interfaces. Para isso, recorreremos a autores como Scroferneker (2004), Chaparro (2018), Andrade (1983), Duarte (2018), Da Almeida (2021), Kopplin e Ferraretto (2009) e Almansa (2010).

Para Duarte (2018, p. 49), “o principal papel de um AI é informar à sociedade sobre assuntos de interesse público com características noticiosas sobre os quais a fonte ou organização em que atua tem protagonismo ou interesse”. O autor afirma que a função de AI é predominantemente realizada por bacharéis em jornalismo.

Já na visão de Da Almeida (2021, p.14), “as atividades da assessoria de imprensa almejam levar informações relevantes sobre o assessorado à sociedade como um todo ou a públicos específicos, e o faz considerando a formação de uma imagem positiva da organização ou personalidade assessorada”. A autora traz um ponto importante para o nosso estudo, em que a atuação dos assessores em órgãos públicos visa “ampliar a divulgação das ações das administrações para as quais trabalham (nos três níveis: federal, estadual e municipal) e para tornar mais próxima à relação dos gestores com a comunidade” (DA ALMEIDA, 2021. p. 20).

Considerando essa dualidade: Assessoria de Imprensa x Assessoria de Comunicação, Kopplin e Ferraretto (2009, p. 107) afirmam que a assessoria de comunicação é um “serviço especializado que coordena todas as atividades de comunicação entre um cliente e seus públicos, por meio do estabelecimento de uma política específica e da aplicação de estratégias predefinidas, englobando ações nas áreas de jornalismo, relações-públicas e publicidade e propaganda”. Os autores se referem à assessoria de comunicação, como ACS (Assessoria de Comunicação Social),

nomenclatura que faz sentido, visto que para uma organização privada, pública e/ou de Terceiro Setor há necessidade da interlocução das três áreas da comunicação. Para os autores, cada área tem funções específicas e distintas, ou seja, “estas diferenças devem ficar claras, para que não haja desrespeito à legislação ou ao código de ética dos profissionais de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda” (KOPPLIN; FERRARETTO, 2009, p.9).

A assessoria de comunicação, portanto, “é uma estrutura organizada, subordinada diretamente à alta direção, que coordena e interliga todas as ações de comunicação, sejam elas internas ou externas, para criar, manter ou melhorar a imagem da organização perante os seus públicos” (ALMANSA, 2010. p.23). Assim como o conceito de ACS trazido por Kopplin e Farrarreto (2009) se conecta com o conceito de comunicação integrada (KUNSCH, 2003), Almansa compreende que as funções de uma assessoria de comunicação envolvem todos os tipos de comunicação, uma vez que elas também são parte das funções (ALMANSA, 2010).

Do mesmo modo, que é necessário conceituar a assessoria de comunicação e de imprensa, torna-se necessário também precisar sobre o conceito de comunicação pública e suas interfaces, uma vez que o nosso objeto de estudo, é um órgão governamental, que realiza e/ou deveria promover a comunicação pública, visando o interesse público, a prestação de contas e o diálogo para com a sociedade. Nessa perspectiva, segundo Brandão (2012, p. 5):

um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania. Entre elas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias, enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado, como conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos, como telefonia, eletricidade etc.

Já a comunicação governamental, é aquela realizada pelo governo, tendo como um dos objetivos a prestação de contas e a comunicação política é como o próprio nome diz, é a política dos partidos e está ligada ao marketing político (WEBER, 2007), o que justifica nos determos no conceito de comunicação pública e comunicação governamental.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SUSEPE

Realizamos um breve resgate sobre a segurança pública no Brasil e os seus atores, apresentando as informações numa perspectiva micro e macro. A nossa opção por essa ordem, visa contextualizar a SUSEPE e sua atuação. Hoje, no Brasil, a segurança pública faz parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que atua na “defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública; e a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), entre outras atividades.

Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 144, a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” nas três instâncias: federal, estadual e municipal. Em nível estadual, a segurança pública continua sendo um direito e responsabilidade do Estado e dos cidadãos. No Rio Grande do Sul (RS) a Secretaria da Segurança Pública (SSP), tem dez atribuições e uma delas é de “garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, bem como a proteção da vida e do patrimônio por meio da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança”. É nessa mesma secretaria que os órgãos como polícia civil; brigada militar; corpo de bombeiros, instituto geral de perícias e o departamento estadual de trânsito estão vinculados, exceto a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), que até o início de 2021 era mais um órgão vinculado a SSP. A partir de agosto de 2021, a SUSEPE passou estar vinculada à nova Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do RS (SJSPPS)⁵, criada pela Lei de n.º 15.680, de 13 de agosto de 2021.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), é um órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi criada pela Lei n.º 5.745, de 28 de dezembro de 1968, em substituição aos extintos departamentos dos institutos penais. No período da pesquisa a SUSEPE era subordinada à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPPS), a qual é encarregada pelo cumprimento das penas privativas

⁵ A secretaria passou por mudanças e a partir da Lei N° 15.934, de 1º de janeiro de 2023, criou-se a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul. Com a extinção da outra secretaria a SUSEPE passou a ser vinculada na nova secretaria.

de liberdade e das medidas de segurança. Agora ela está vinculada à Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS).

De acordo com a Constituição do Rio Grande do Sul, a política penitenciária do Estado deve ter como objetivo a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridades a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais, a escolarização e a profissionalização dos presos. (SUSEPE, 2022)

O sistema penitenciário diz respeito ao local, no qual as pessoas são privadas de liberdade, ficam reclusas em estabelecimentos prisionais para cumprir a pena, visando a reeducação para serem realocadas na sociedade. Também se faz necessário entender que todo o sistema penitenciário é regido pela Lei de Execução Penal (LEP), criada em 1984, e que segundo o art. 1º a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (BRASIL, 1984). Mas além da LEP há também a questão da cidadania e dos direitos humanos para as PPL, que estão previstas na própria Lei de Execução Penal, na seção II que diz respeito dos direitos.

Com base nesse resgate, realizamos uma breve análise das mídias sociais digitais, desde o site oficial, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*, para compreender como a assessoria de comunicação da SUSEPE/RS atua nas mídias e quais as suas pautas.

No site oficial da SUSEPE não há uma página destinada à assessoria de comunicação, embora tenha uma seção destinada à comunicação que engloba as notícias, revistas antigas, galeria de fotos antigas de algumas unidades prisionais e serviço de informação ao cidadão. Mesmo não tendo um espaço específico no site, os contatos da ASCOM⁶ estão presentes em outras páginas do site, assim como nas notícias que são assinadas, ou pela jornalista que atua, ou pela própria assessoria.

É relevante destacar que além do site público, há também o site destinado aos servidores da instituição, denominado como intranet. Além do site e da intranet, há também contas no *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Com as restrições impostas pela legislação do período eleitoral no ano passado, esses perfis foram temporariamente desativados no início da pesquisa. Porém, após os resultados do segundo turno das

⁶ Sigla para Assessoria de Comunicação.

eleições, essas mídias foram reativadas, pois o ex-governador foi reeleito⁷. A liberação do acesso às redes sociais somente após o dia 31 de outubro de 2022, nos impossibilitou de realizar uma análise mais aprofundada, como era pretendido. Optamos, contudo, por apresentar esses perfis e algumas características que acreditamos serem pertinentes.

Começamos com o perfil no *Instagram*, que possuía na época 25,5 mil seguidores⁸ um número significativo para um órgão do governo que trata sobre as pessoas que cometeram delitos. Em relação ao conteúdo das postagens, constatamos que eram publicadas em média 3 notícias por dia, divulgando alguma ação da Instituição para com os seus servidores e/ou de interesse público, como as atividades realizadas nas unidades prisionais e ainda replicando campanhas do Governo do Estado. Mas além do feed, os stories também são bastante usados, com chamadas para clicar no link do site para ler alguma pauta que foi publicada. Assim como no site, é disponibilizado os contatos, dessa vez temos o “Fale Conosco” e a “Imprensa”.

Já o perfil no *Facebook*, observamos que na maioria das vezes o conteúdo é o mesmo postado no *Instagram*; o que difere é que no *Facebook* é publicado o link do site da SUSEPE que está aquele conteúdo e outras vezes é duplicado diretamente da outra mídia. De modo geral, percebemos que o *Facebook* não é o canal que mais tem interações, como o *Instagram*.

A partir dessa breve descrição de cada mídia na qual a SUSEPE está presente⁹, percebemos que há um planejamento nas publicações, mas que a principal mídia é o *Instagram*, com mais seguidores e interações de modo geral. Posto isso, a fim de compreender melhor a atuação de assessoria de comunicação da SUSEPE, após identificarmos os conteúdos publicados no site e nas mídias, optamos por definir as três principais frentes (FIGURA 1) de atuação dessa assessoria, as quais são: 1) replicando programas de interesse do Estado sendo acionados pela secretaria que a SUSEPE está vinculada, 2) produzindo conteúdo para divulgação no site, nas redes e na mídia, 3) produzindo conteúdo para as Delegacias Penitenciárias Regionais.

⁷ Eduardo Leite.

⁸ Atualmente possui 30,6 mil seguidores no *Instagram*.

⁹ A conta do *Twitter* foi desativada.

Figura 1 – Identificação das três frentes de atuação da ASCOM



Fonte: A autora (2022), com base em SUSEPE (2022).

Pelo exposto, fica claro que a assessoria possui pautas específicas no ambiente digital no seu dia a dia, e nas frentes dois e três encontramos os objetivos da SUSEPE, os quais são: tratamento penal e segurança pública. Para corroborar com as nossas reflexões sobre o tema realizamos três pesquisas em profundidade, com a coordenadora de comunicação da SUSEPE, Sue Gotardo, com a jornalista, Gisele Reginato e com a Prof^a Dra. Rosângela Florczak.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa se configura como exploratória de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2010, p. 27), “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis”. Por se tratar de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, possui como técnicas os levantamentos bibliográfico e documental (MINAYO, 2002) e entrevista em profundidade. Para Gil (2019, p. 125), “é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”, em sua modalidade semi-aberta, sendo um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa” (DUARTE, 2008, p.66).

Os critérios de escolha dos entrevistados foram pela proximidade da autora com a coordenadora da assessoria, a Sue Gotardo, bacharel em Relações Públicas e com a jornalista Gisele Reginato, que fazem parte da ASCOM da SUSEPE. Com elas, abordamos os seguintes tópicos:

1. A saída da SUSEPE da Secretaria de Segurança Pública e a ida para a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo e o motivo;
2. SUSEPE tem uma ASCOM ou AI?
3. Atuação da assessoria;
4. Atuação da assessoria no Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo,
5. Tópico livre para comentários a acrescentar.

A terceira entrevistada foi a Prof.^a Dr.^a. Rosângela Florczak, também jornalista e especialista na área de assessoria e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tendo como pauta os tópicos que seguem:

1. Diferenças entre assessoria de comunicação e de imprensa de uma organização pública ou privada;
2. Qual o entendimento sobre o esse setor nas organizações;
3. Se a assessoria de comunicação está ligada ao interesse público;
4. Quais as habilidades e competências de um profissional para atuar em assessorias,
5. Tópico livre para comentários a acrescentar.

As entrevistas foram realizadas entre 14 e 20 de outubro 2022, presencialmente, gravadas via smartphone e individualmente, exceto na assessoria de comunicação, onde tivemos as duas servidoras da secretaria entrevistadas de forma simultânea e posteriormente transcritas.

RESULTADOS

O propósito das entrevistas em profundidade foram de evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da SUSEPE nas pautas de tratamento penal e segurança pública e aproximar as concepções teóricas, com a abordagem da professora Rosângela, com o tema de assessoria nas organizações públicas. Para a análise das entrevistas, utilizamos uma abordagem qualitativa, a fim de aproximar teoria e prática.

Iniciamos a entrevista com a assessoria de comunicação da instituição, questionando sobre a migração da SUSEPE para a SJSPS e segundo a jornalista Gisele Reginato, tal migração fazia parte do plano de governo do Eduardo Leite, que começou em 2019 saindo da Secretaria de Segurança Pública (SSP), passando a integrar a Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN) e posteriormente em 2021 para a nova Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, na qual estava vinculada até o ano de 2022, período da nossa pesquisa. De acordo com Sue Gotardo “[...] *essas transformações que existem na política são estratégias políticas e cabe o gestor identificar se é bom ou não*”.

Quando questionada sobre a assessoria de comunicação na Instituição, afirmou que hoje todos os órgãos do governo precisam desse setor “para pensar as políticas de comunicação para aquela pasta” e a assessoria de comunicação da SUSEPE conta com as três áreas da comunicação, o jornalismo, a publicidade e propaganda, a relações-públicas, que reflete em parte conceito de comunicação integrada, ou seja, “[...] uma filosofia que direciona a convergência das diversas áreas, permitindo uma atuação sinérgica” (KUNSCH, 2003, p.150). Além dos profissionais de comunicação, há também um revisor de texto. No dia a dia, Gisele Reginato explica que a SUSEPE tem dois eixos de atuação, sendo: a segurança pública e o tratamento penal. Na segurança pública, estão concentradas as atividades de operações e apreensões dentro das unidades prisionais.

Já a pauta de tratamento penal diz respeito ao trabalho, à saúde e educação dos apenados e é através dessas pautas positivas que segundo a jornalista, que a assessoria de comunicação acaba promovendo e divulgando para a imprensa e conseqüentemente “aumentando a imagem positiva da SUSEPE para a sociedade através dos meios de comunicação”.

Na perspectiva de Sue Gotardo, “*tudo é uma questão de estratégia, assim como é uma questão de estratégia onde que uma secretaria vai ficar, é uma estratégia o que a gente vai noticiar mais, mostrar para sociedade*”, ou seja, essas estratégias são criadas dentro das assessorias de comunicação, dessa forma a visão de Kopplin e Ferraretto (2009), que mencionamos anteriormente se faz presente dentro da assessoria da SUSEPE, a partir do momento em que as entrevistadas afirmam que há uma assessoria e que possui as três principais áreas da comunicação trabalhando juntas. Lembramos que de acordo com Oliveira e Paula (2012), a concepção de estratégia, “refere-se à escolha de

alternativas para orientar ações ou decisões de forma intencional e articulada. Uma estratégia direciona e integra processos e ações em determinada realidade, para situações de médio e longo prazos” (OLIVEIRA; PAULA, 2012, p.68). De forma a complementar a discussão sobre o dia a dia da assessoria, nos foi disponibilizado um pequeno resumo (FIGURA 2), de como se desenvolvem as atividades no setor.

Figura 2 – Dia a dia da assessoria de comunicação da SUSEPE



Fonte: Assessoria de Comunicação da SUSEPE (2022).

É importante mencionarmos que há informações que não são produzidas pela secretaria a qual a SUSEPE está vinculada, principalmente quando envolvem campanhas institucionais, nessas situações, a assessoria apenas replica em suas redes, segundo a coordenadora de comunicação da Instituição. Ao encerrarmos a entrevista, a jornalista Gisele destacou:

A gente consegue ter na composição da assessoria uma comunicação integrada, temos profissionais jornalistas, relações públicas, publicidade, cada um com a sua área consegue construir isso que é importante em termo de comunicação (REGINATO, 2022).

As duas entrevistas realizadas nos permitiram identificar as três frentes de atuação que mencionamos no início deste artigo: a primeira frente envolve as estratégias de comunicação que não passam pela assessoria e as demais frentes, de conteúdo para divulgação no site, nas redes e na mídia e, para as Delegacias Penitenciárias Regionais

presentes nas pautas do dia a dia da assessoria, sendo sobre segurança pública e/ou tratamento penal.

Nossa terceira entrevista foi com a Prof.^a Dr.^a Rosângela Florczak, na qual buscamos aproximar a abordagem teórica com o conhecimento e vivência de uma profissional com expertise na área e no tema em estudo. A primeira pergunta foi norteadora para entendermos as principais diferenças entre uma ASCOM e AI em organizações privadas e públicas.

Segundo a entrevistada precisamos diferenciar uma da outra, sendo a “*assessoria de comunicação abrange o relacionamento com todos os públicos e a assessoria de imprensa se foca no público único que é a mídia*”. Tal concepção vai ao encontro com Kopplin e Ferraretto (2009) e Duarte (2018) respectivamente. Mas no que tange às organizações privadas e públicas, segundo a entrevistada, “*na organização pública eu tenho uma obrigação intrínseca de prestar contas à sociedade. Na organização privada ela pode escolher os assuntos que ela vai falar, quando ela vai falar, se vai falar e se ela vai se colocar em diálogo com a sociedade*”. Acreditamos, contudo, que todas as organizações precisam de um setor que fale com os seus empregados/funcionários e com a sociedade de modo geral. É nesse sentido, que a professora nos responde dizendo ser fundamental uma assessoria em organizações públicas, bem estruturada. De modo a unir os conceitos de assessoria de comunicação e comunicação pública, que abordamos ao longo do trabalho, questionamos a entrevistada, para entender se essas ‘duas assessorias’ (grifo nosso) andam juntas e sobre a atuação do/da profissional da assessoria de comunicação na relação organização/sociedade. Para Florczak (2022):

Esse olhar para sociedade é fundamental, conheço muita organização que é o profissional de comunicação que traz o olhar das necessidades sociais. Eu dou aula de assessoria de comunicação e eu não ensino a fazer coisas, eu ensino a pensar a comunicação (FLORCZAK, 2022).

Nessa perspectiva, quando questionamos sobre a sua a opinião em relação às habilidades e competências que um(a) profissional precisa para atuar em uma assessoria, ela é nos diz que necessário que tenha “*um repertório generalista muito grande, compreender sociologia, antropologia, ele precisa compreender o ser humano e social*”, além das próprias habilidades e técnicas da área em que atua.

Sob nossa perspectiva, a aproximação entre o referencial teórico e as entrevistas realizadas evidenciou a relevância de uma assessoria de comunicação que tenha clareza em suas atribuições, com profissionais de diferentes áreas da comunicação que possam atuar numa abordagem sinérgica e integrada. Essas observações são ainda mais relevantes quando se trata de instituições públicas, que necessitam pautar as informações voltadas para o interesse público, de forma clara, objetiva e transparente. É a comunicação pública voltada para a construção e consolidação da cidadania, que demanda profissionais com habilidades, competências e conhecimento, para além da comunicação. O fazer pelo fazer é insuficiente para uma sociedade que necessita e tem o direito de ser informada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no artigo, nosso estudo teve como objetivos discutir sobre as atribuições e especificidades de uma assessoria de comunicação; destacar as características da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários — SUSEPE/RS e evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da SUSEPE nas pautas de tratamento penal e segurança pública.

Para atender o primeiro objetivo, destacamos as definições de Assessoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa, visando apontar as suas semelhanças e diferenças. Na sequência apresentamos as concepções de comunicação pública e suas interfaces, como a comunicação governamental, pois entendemos como necessária essa abordagem, tendo em vista que o nosso estudo é sobre uma instituição pública e uma de suas finalidades é o interesse público.

Posteriormente, analisamos, mesmo que brevemente, o sistema prisional, resgatando algumas leis e artigos da Constituição Federal do Brasil, para contextualizar a segurança pública, por ser o dever do Estado para com a sociedade. Com isso, descrevemos a atuação da SUSEPE/RS e a sua vinculação à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPPS). Também realizamos uma breve análise do seu site, momento em que identificamos a assessoria de comunicação da instituição.

Conforme mencionamos, a nossa intenção era analisar a atuação da assessoria de comunicação da SUSEPE no ambiente digital, mas com as restrições do período eleitoral, as mídias sociais foram desativadas e reativadas somente após o dia 31 de outubro de

2022, depois do segundo turno. Posto isso, optamos por evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da instituição nas pautas de tratamento penal e socioeducativo.

A partir da breve análise do site e das mídias sociais digitais, foi possível identificar as três frentes de atuação da assessoria: replicar os programas que são de interesse do Estado; produzir conteúdo para divulgação no site, nas redes e na mídia e produzir conteúdo para as Delegacias Penitenciárias Regionais. Buscamos, também, evidenciar esses conteúdos nas entrevistas em profundidade realizadas.

Ressaltamos a importância desse setor, principalmente nas organizações públicas, pois como constatamos no decorrer do trabalho, esse tipo de organização tem como responsabilidade a prestação de contas à sociedade, levando informação ao cidadão. Sob essa perspectiva, acreditamos que o melhor setor para promover a comunicação pública seja a assessoria de comunicação, que tenha profissionais das diversas áreas da comunicação, com conhecimento não somente do seu segmento, mas também da comunidade e da sociedade.

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir com as reflexões sobre as temáticas de segurança pública, principalmente no que se refere ao sistema penitenciário e a comunicação.

REFERÊNCIAS

ALAMANSA, Ana. **Assessorias de Comunicação**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

ANDRÉ, Jamile Franceschi. **Em Que Medida A Intolerância Da Sociedade Com O Infrator Contribui Para O Caos Estrutural Do Sistema Carcerário Gaúcho**. 2020. Monografia - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de Comunicação Pública**. In: DUARTE, Jorge (org). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br> Acesso em: 12 out. 2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Cem anos de assessoria de imprensa**. In: DUARTE, Jorge (org). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DA ALMEIDA, Clarisse de Mendonça E.; SILVEIRA, Marcio Telles; STEGANHA, Roberta. **Assessoria de Imprensa e Outras Especificidades no Jornalismo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa no Brasil**. In: DUARTE, Jorge (org). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

DUARTE, Jorge. **Instrumentos de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (org). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Jorge Antonio Barros. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOPPLIN, Elisa E.; FARRARETTO, Luiz Artur. **Assessoria De Imprensa**. São Paulo: Summus, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento De Relações Públicas Na Comunicação Integrada**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Ivone Lourde de; PAULA, Maria Aparecida de. **Processos e estratégias de comunicação no contexto das organizações**. In: OLIVEIRA, Ivone Lourdes de; LIMA, Fábria Pereira (Org). Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora. Rio de Janeiro: Senac Editora, 2012, p.68-77.

SCROFERNEK CER, Cleusa Maria Andrade. **Comunicando Juntos**. In: LOPES, Boanerges, E.; VIEIRA, Roberto Fonseca. Jornalismo E Relações Públicas: Ação E Reação: Uma Perspectiva Conciliatória Possível. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SUSEPE. [Site]. Disponível em: <http://www.SUSEPE.rs.gov.br/capa.php> Acesso em: 19 out. 2022.

WEBER, Maria Helena. **Na Comunicação Pública, a captura do voto**. LOGOS 27: Mídia e Democracia, Rio de Janeiro, ano 14, p. 21-42, 2007. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/antigos/logos_27/logos_27.htm. Acesso em: 13 out. 2022.